

EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DA INOVAÇÃO CLÁSSICA À GESTÃO NEOLIBERAL DO TRABALHO

Ana Maria Araujo da Silva¹.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ.

<http://lattes.cnpq.br/4054834041865163>

RESUMO: O presente capítulo discute o processo histórico de transformação do conceito de empreendedorismo, desde sua formulação clássica, vinculada à inovação e à criação de riqueza, até sua reconfiguração contemporânea sob a lógica neoliberal. A partir dos anos 1990. O objetivo é compreender como a reforma da EPT, na referida década incorporou o empreendedorismo como conteúdo curricular alinhado à lógica neoliberal e à pedagogia das competências. Para tal, propomos uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e caráter explicativo por meio da análise de fontes documentais e bibliográfica primárias e secundárias, fundamentando-se no materialismo histórico-dialético que busca a compreensão de um fenômeno em sua concretude. Os resultados indicam que, enquanto o empreendedorismo clássico estava associado à inovação e à criação de riqueza, o empreendedorismo contemporâneo, difundido no Brasil por instituições como o SEBRAE, assume caráter ideológico, legitimando a flexibilização do trabalho e transferindo ao indivíduo a responsabilidade pela geração de renda. Sob influência de organismos como Banco Mundial e UNESCO, o discurso da empregabilidade converte-se em estratégia de gestão social e de conformação ética dos trabalhadores. Conclui-se que o empreendedorismo na EPT atua como uma pedagogia política do capital, mascarando a precarização sob a aparência de autonomia e inovação.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Educação Profissional. Neoliberalismo.

ENTREPRENEURSHIP IN VOCATIONAL EDUCATION: FROM CLASSICAL INNOVATION TO THE NEOLIBERAL MANAGEMENT OF LABOR

ABSTRACT: This chapter discusses the historical process of transformation of the concept of entrepreneurship, from its classical formulation—linked to innovation and wealth creation—to its contemporary reconfiguration under the neoliberal logic. Since the 1990s, the aim has been to understand how the reform of Vocational and Technological Education (VTE) incorporated entrepreneurship as a curricular component aligned with neoliberal principles and the pedagogy of competencies. To this end, the study adopts a basic research design, with a qualitative and explanatory approach, based on the analysis of primary and secondary documentary and bibliographic sources. The discussion is grounded in historical-dialectical materialism, seeking to understand the phenomenon in its concrete totality. The results indicate that while classical entrepreneurship was associated with innovation and wealth

generation, contemporary entrepreneurship—disseminated in Brazil by institutions such as SEBRAE—assumes an ideological character, legitimizing labor flexibilization and transferring to the individual the responsibility for income generation. Influenced by organizations such as the World Bank and UNESCO, the discourse of employability becomes a strategy of social management and ethical conformation of workers. It is concluded that entrepreneurship in VTE operates as a political pedagogy of capital, masking labor precarization under the guise of autonomy and innovation.

KEYWORDS: Entrepreneurship. Vocational Education. Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo, nas últimas décadas, consolidou-se como um dos temas mais recorrentes nas políticas públicas de educação e de trabalho, especialmente no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O termo, originalmente concebido na economia clássica como sinônimo de inovação e criação de riqueza, sofreu, a partir dos anos 1990, uma profunda resignificação. Essa transformação está diretamente relacionada à reestruturação produtiva do capital, à consolidação do ideário neoliberal e à crescente influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a UNESCO e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre as agendas educacionais nacionais.

No Brasil, a reforma da Educação Profissional implementada na década de 1990 redefiniu o papel do Estado e da escola frente às exigências do mercado. Sob o discurso da modernização, a EPT foi reorganizada para atender às demandas de flexibilidade, eficiência e empregabilidade, o que implicou mudanças estruturais e curriculares. Nesse contexto, o conteúdo empreendedorismo foi inserido de forma estratégica, configurando-se como uma nova diretriz formativa voltada à criação de sujeitos adaptáveis, autogeridos e capazes de transformar a própria força de trabalho em mercadoria. A ideologia empreendedora, assim, passa a atuar como instrumento de conformação social e de regulação moral dos trabalhadores, deslocando para o indivíduo a responsabilidade por sua inserção produtiva e pela superação das desigualdades estruturais.

A literatura crítica sobre o tema, evidencia que o empreendedorismo na EPT não emerge como resposta emancipatória às transformações do mundo do trabalho, mas como parte da pedagogia política do capital. Enquanto a retórica oficial o apresenta como meio de autonomia e inovação, sua essência reside na difusão de valores empresariais — tais como competitividade, autossuficiência e meritocracia — que reforçam o individualismo e a fragmentação da classe trabalhadora.

Dessa forma, o presente capítulo propõe uma análise do processo histórico de transformação do conceito de empreendedorismo, destacando a passagem do modelo clássico, de caráter inovador e produtivo, para o modelo contemporâneo, de natureza ideológica e neoliberal. Busca-se compreender como a reforma da EPT incorporou o empreendedorismo aos currículos, quais interesses políticos e econômicos orientaram esse movimento e de que modo tal conteúdo opera na formação de sujeitos conformados

à lógica do mercado.

Para tanto, a discussão será desenvolvida em quatro eixos principais: (i) o percurso histórico do conceito de empreendedorismo e sua consolidação na economia clássica; (ii) as mudanças estruturais e ideológicas da década de 1990 que redefiniram a Educação Profissional; (iii) o papel dos organismos internacionais e das políticas nacionais na difusão do discurso da empregabilidade e da pedagogia das competências; e (iv) a análise crítica do empreendedorismo como instrumento de naturalização da precarização do trabalho. Essa abordagem pretende contribuir para o debate contemporâneo sobre o papel da EPT na sociedade brasileira, evidenciando suas contradições entre a aparência de emancipação e a função real de reprodução da ordem capitalista.

OBJETIVO

Analisar a transformação histórica e conceitual do empreendedorismo — da perspectiva clássica de inovação à abordagem neoliberal contemporânea — e discutir as implicações dessa mudança na Educação Profissional e Tecnológica brasileira, considerando sua função como instrumento ideológico de adaptação do trabalhador às exigências do mercado e de naturalização da precariedade do trabalho.

METODOLOGIA

Analisar a transformação histórica e conceitual do empreendedorismo. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica e de abordagem qualitativa, voltada à produção de conhecimento teórico sobre as relações entre educação, trabalho e sociedade (Prodanov; Freitas, 2013). A investigação insere-se no campo crítico da Educação Profissional, buscando compreender as transformações históricas e ideológicas que condicionam a inserção do empreendedorismo como conteúdo curricular no contexto da reestruturação produtiva do capital.

O trabalho fundamenta-se no método materialista histórico-dialético, buscando a compreensão de um fenômeno em sua concretude, revelando as contradições entre as esferas econômica, política e ideológica (Marx, 2013; Gramsci, 1982, 2001; Mészáros, 2008). A partir dessa perspectiva, compreende-se a educação como fenômeno social e histórico, indissociável das relações de produção e das estratégias de hegemonia do capital (Saviani, 2013; Frigotto, 2010).

A pesquisa assume caráter explicativo, por pretender identificar as determinações históricas e políticas que sustentam a difusão do empreendedorismo na Educação Profissional e suas implicações na formação da classe trabalhadora. O enfoque qualitativo privilegia a interpretação crítica das fontes, entendendo que o objeto de estudo — o empreendedorismo como categoria educacional — não pode ser isolado de seu contexto histórico e ideológico (Antunes, 2018).

Do ponto de vista técnico, foram adotados procedimentos bibliográficos e documentais, com análise de obras de referência no campo da educação crítica e do trabalho, tais como

Marx (2013, 2017), Gramsci (1982, 2001), Mészáros (2008), Antunes (2005, 2018), Saviani (2013) e Shiroma, Campos e Garcia (2011), além de legislações e documentos normativos que regulam a Educação Profissional no Brasil, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e dos Decretos nº 2.208/1997 e nº 5.154/2004. Também foram examinados relatórios e orientações de organismos internacionais como o Banco Mundial (2004) e a UNESCO (1996), que sustentam o discurso da empregabilidade e da pedagogia das competências.

Essa triangulação teórico-documental permitiu articular os fundamentos históricos e conceituais do empreendedorismo à crítica da racionalidade neoliberal que o sustenta. O método dialético viabilizou a identificação das contradições entre o discurso da autonomia e a realidade da precarização do trabalho, evidenciando como a educação, ao incorporar o ideário empreendedor, reforça a hegemonia do capital sob a aparência de emancipação.

Assim, a metodologia adotada possibilita compreender o empreendedorismo na Educação Profissional como expressão da pedagogia política do capital, articulando as categorias de trabalho, ideologia, alienação e hegemonia para revelar o papel da escola na reprodução das desigualdades e na formação do “trabalhador empreendedor de si mesmo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. O empreendedorismo na literatura clássica

O conceito de empreendedorismo antecede o neoliberalismo. Em sua origem, surge no século XVIII com Richard Cantillon, que definia o empreendedor como aquele que assume riscos ao comprar produtos a preços certos e vendê-los em mercados incertos amplia essa noção, associando o empreendedor à capacidade de organização e à coordenação dos fatores de produção. No século XX, Schumpeter (1934) consolida a concepção clássica ao caracterizar o empreendedor como agente de destruição criadora, responsável por introduzir inovações e impulsionar o desenvolvimento econômico (Santos, 2023).

Nesse período, o empreendedor era visto como figura excepcional um sujeito inovador que transformava a economia por meio da invenção e do risco. Sua ação estava diretamente vinculada à dinâmica produtiva e ao avanço tecnológico, em um contexto em que o Estado exercia papel regulador e o trabalho assalariado possuía centralidade. Em suma, o empreendedor clássico era o agente da inovação econômica, não o trabalhador precarizado que busca sobreviver no mercado informal (Silva, 2024).

2. A transição ao empreendedorismo contemporâneo

Conforme Antunes (2005; 2018) a crise do fordismo e a reestruturação produtiva do capital a partir dos anos 1970, instaurou-se uma nova morfologia do trabalho, marcada pela flexibilização, pela terceirização e pela intensificação das formas de exploração. Como observa Antunes (2018), esse processo fragmentou a classe trabalhadora e produziu novas formas de subjetivação, baseadas na polivalência, na competitividade e na internalização dos valores empresariais. Nos anos 1990, sob o avanço do neoliberalismo,

essa lógica expandiu-se para todas as esferas da vida social, convertendo atributos como autonomia e criatividade em exigências morais impostas ao indivíduo. É nesse contexto que o empreendedorismo assume papel central como categoria ideológica: ele legitima a precarização, ao transformar a necessidade de sobrevivência em virtude empreendedora, e estimula a autogestão da própria força de trabalho como se fosse expressão de liberdade.

A reforma da Educação Profissional brasileira, implementada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, materializou essa mudança. Programas como o PROEP e o PLANFOR foram financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e orientados por diretrizes do Banco Mundial e da OIT. Essas políticas promoveram o discurso da empregabilidade, da flexibilização e da qualificação contínua, consolidando a pedagogia das competências como eixo estruturante da formação profissional (Souza, 2018).

Frigotto (2010) argumenta que a noção de competência desloca a ênfase do trabalho coletivo para o desempenho individual, despolitizando a formação e adaptando o trabalhador à lógica do mercado. Assim, a reforma da EPT, ao incorporar o empreendedorismo, reforça a pedagogia da adaptação e a ideologia do capital humano (Frigotto, 2017).

Conforme Silva e Souza (2024), o Estado passa a agir como mediador da ideologia empreendedora, ao deslocar para o trabalhador a responsabilidade pela sua inserção produtiva. O desemprego estrutural é apresentado como problema individual, e não social. Assim, o empreendedorismo contemporâneo surge como política de gestão da crise do trabalho, não como vetor de desenvolvimento econômico.

3. O empreendedorismo do SEBRAE e a cultura da autogestão

A década de 1990 marca a consolidação do empreendedorismo de base comportamental, promovido por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Inspirado em programas da ONU e do Banco Mundial, o SEBRAE incorporou metodologias como o EMPRETEC, desenvolvido pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que buscava identificar e desenvolver nas pessoas as “características de um empreendedor de sucesso” (SANTOS, 2023).

Nessa vertente, Fillion (1999) destaca que o comportamento empreendedor depende de atributos individuais — iniciativa, autoconfiança, persistência e criatividade — convertendo o sucesso econômico em resultado direto das atitudes pessoais. Assim, o empreendedor deixa de ser o inovador schumpeteriano que transforma o sistema produtivo e passa a ser o sujeito que gerencia sua própria força de trabalho e sobrevive em um ambiente de escassez e competição.

Segundo o SEBRAE (2015), a educação empreendedora tem como finalidade desenvolver nos estudantes uma “postura ativa, criativa e responsável”, permitindo-lhes agir como protagonistas na escola, na comunidade e no trabalho. Contudo, como apontam Amorim, Moda e Mevis (2021), essa ideologia comportamentalista reforça a hegemonia do capital ao promover a individualização das responsabilidades e a naturalização das

desigualdades. A promessa de autonomia converte-se em autogestão da precariedade, e o empreendedor de si mesmo surge como o novo ideal moral do trabalhador flexível.

Na prática, esse modelo substitui a promessa de emprego estável pela obrigação de empreender, legitimando a retirada do Estado e a informalização das relações de trabalho. Como observa Santos (2023), o empreendedorismo atua como mecanismo de conformação ética e moral da classe trabalhadora, deslocando o foco da luta coletiva para a adaptação individual. O Estado e as instituições de ensino tornam-se difusores dessa cultura, apresentando o autoemprego e a autogestão como sinônimos de emancipação, quando na verdade configuram uma nova forma de sujeição ao mercado.

4. A reforma da Educação Profissional e a inserção curricular do empreendedorismo

A inserção do conteúdo empreendedorismo nos currículos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não decorre de uma demanda pedagógica, mas de uma exigência política vinculada à reestruturação produtiva e à consolidação do ideário neoliberal. A partir da década de 1990, as reformas educacionais brasileiras passaram a refletir a lógica da competitividade e da eficiência, orientadas pelos mesmos princípios que guiavam as políticas econômicas e do trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) representou o marco normativo dessa inflexão. Embora defendesse a integração entre educação e trabalho, sua implementação se deu sob a influência de uma racionalidade empresarial, que subordinou a formação humana às necessidades imediatas do mercado. Como observa Frigotto (2017), a LDB incorporou a concepção de “educação para a empregabilidade”, associando o sucesso educacional à capacidade individual de adaptação às demandas produtivas. Essa orientação deslocou o papel social da escola — de espaço de formação integral — para instrumento de regulação da força de trabalho.

Em coerência com essa lógica, o Decreto nº 2.208/1997 instituiu a separação entre o ensino médio e a educação profissional, fragmentando o processo formativo e reforçando a dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro: de um lado, a formação geral voltada às elites; de outro, a formação técnica, direcionada à inserção subordinada no mercado de trabalho. Tal política, como analisam Shiroma, Campos e Garcia (2011), consolidou uma racionalidade gerencial na educação, em que a eficiência e a produtividade substituem a perspectiva crítica e emancipatória.

O Decreto nº 5.154/2004, embora tenha revogado o anterior e restabelecido a possibilidade de integração entre ensino médio e técnico, manteve a pedagogia das competências como eixo central da EPT. Esse modelo, conforme Frigotto (2010), promove uma falsa ideia de autonomia, pois exige do trabalhador a responsabilidade pela própria empregabilidade, enquanto o Estado se exime de garantir condições objetivas de trabalho e formação. Assim, mesmo sob aparência de avanço, o decreto reafirmou o paradigma neoliberal da flexibilidade e da adaptação contínua.

Paralelamente, organismos internacionais como o Banco Mundial (2004) e a

UNESCO (1996) reforçaram essa tendência. O *Relatório Delors* propôs o desenvolvimento de competências como aprender a ser, a fazer e a empreender, enquanto as recomendações do Banco Mundial enfatizavam a educação como instrumento de aumento da competitividade global. Essas orientações foram internalizadas nas políticas públicas brasileiras, resultando na valorização do empreendedorismo como conteúdo curricular e na sua difusão por meio de programas e projetos educacionais.

Como argumenta Santos (2023), essa política atende antes à recomposição do capital do que à emancipação do trabalhador, pois converte a educação em ferramenta de adequação social. O empreendedorismo, nesse contexto, funciona como vetor ideológico que legitima a flexibilização e transfere ao sujeito a responsabilidade pela própria inserção no mercado. O resultado é uma EPT voltada não à formação integral e crítica, mas à formação de indivíduos ajustados à lógica da acumulação e às exigências da economia neoliberal.

5. O empreendedorismo como pedagogia política do capital

A disseminação do empreendedorismo na educação expressa uma nova forma de regulação social. Trata-se de uma pedagogia política do capital (Santos, 2023), que atua pela via do consenso e da subjetivação, convertendo o discurso da autonomia em instrumento de conformação. Sob essa lógica, o ideário empreendedor transforma valores como iniciativa, criatividade e autogestão em obrigações morais do indivíduo, deslocando para o sujeito a responsabilidade pelo próprio êxito ou fracasso. O resultado é a ocultação das contradições estruturais do trabalho precarizado, apresentando a exploração como oportunidade e a desigualdade como falha pessoal.

Conforme Mészáros (2008), a educação constitui um dos principais instrumentos de reprodução social do capital, pois assegura a internalização dos valores e práticas que sustentam sua lógica de dominação. Nessa perspectiva, o empreendedorismo educacional atua como uma mediação contemporânea desse processo, difundindo a crença na autossuficiência e na responsabilidade individual como virtudes necessárias à sobrevivência. Assim, o trabalhador é conduzido a internalizar os valores do mercado — eficiência, competitividade e flexibilidade — tornando-se gestor de si mesmo e cúmplice involuntário de sua própria subordinação.

Souza (2018) reforça que o Estado neoliberal não abandona o trabalhador; ao contrário, o educa para gerir sua vulnerabilidade dentro dos limites impostos pela lógica do capital. Essa pedagogia da autogestão da escassez converte a precariedade em virtude e a insegurança em motor de iniciativa, legitimando o retraimento do Estado e a individualização dos riscos sociais.

A EPT, ao incorporar esse discurso, transforma-se em instrumento de legitimação da ordem social vigente. Sob a aparência de promover autonomia e protagonismo, reproduz o projeto político do capital, formando sujeitos ajustados à lógica da acumulação e à instabilidade permanente do mercado. De acordo com Saviani (2013), a educação cumpre uma dupla função: de um lado, reproduz as relações sociais de produção; de outro,

cria possibilidades de superação por meio da apropriação crítica do saber. Contudo, na racionalidade neoliberal, a EPT tem privilegiado a primeira função, atuando prioritariamente como mecanismo de reprodução ideológica e de regulação moral da força de trabalho.

Dessa forma, o empreendedorismo consolida-se como estratégia hegemônica de educação do consenso. Ele opera na dimensão simbólica e subjetiva, conformando a classe trabalhadora à lógica da mercantilização da vida, enquanto sustenta, sob o manto da autonomia, a continuidade da dependência estrutural que caracteriza o modo de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico do conceito de empreendedorismo revela uma transição profunda: de agente econômico da inovação à figura simbólica da autogestão da precariedade. Na literatura clássica, o empreendedor era o sujeito que assumia riscos e transformava o sistema produtivo; na contemporaneidade neoliberal, converte-se no trabalhador que internaliza a responsabilidade pela própria sobrevivência.

Na Educação Profissional e Tecnológica brasileira, essa mudança assumiu contornos institucionais com a reforma dos anos 1990. Influenciada por organismos internacionais e por políticas nacionais orientadas pela empregabilidade, a EPT incorporou o empreendedorismo como conteúdo curricular, reafirmando o paradigma da flexibilidade e da adaptabilidade. Sob o pretexto de desenvolver competências, a escola passou a reproduzir a lógica empresarial, contribuindo para a naturalização do desemprego e da informalidade.

A pedagogia política do capital disfarça a subordinação do trabalho sob o discurso da emancipação. O empreendedorismo, em vez de representar liberdade, passa a significar autossuficiência forçada; em vez de inovação, significa conformismo; em vez de autonomia, significa sobrevivência.

Essa análise permite compreender que o empreendedorismo, quando inserido de forma descontextualizada e desprovida de crítica social, atua como instrumento de reprodução das desigualdades estruturais. Ele reforça a ideia de que o sucesso depende exclusivamente do esforço individual, silenciando as contradições entre capital e trabalho e legitimando a precarização como destino inevitável. Nesse sentido, o ideário empreendedor transforma-se em estratégia de governamentalidade — um modo de educar os sujeitos para aceitarem a instabilidade como virtude e a exploração como mérito.

Por outro lado, reconhecer o caráter ideológico do empreendedorismo na EPT não significa negar a importância de fomentar a criatividade e a capacidade de iniciativa, mas implica redefinir o sentido político-pedagógico dessas categorias. A formação profissional deve partir da totalidade das relações sociais, articulando o trabalho como princípio educativo e a emancipação como horizonte ético. Isso supõe superar a pedagogia das competências e reconstruir práticas formativas comprometidas com a transformação da realidade, e não com sua mera gestão.

Refletir criticamente sobre o papel do empreendedorismo na EPT é, portanto,

fundamental para desvendar a contradição entre a aparência emancipadora e a essência reprodutora do capital. Somente uma educação comprometida com a totalidade das relações sociais — e não com a lógica do mercado — pode contribuir para a formação de sujeitos realmente autônomos, conscientes e capazes de transformar a realidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. *Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo?* **Caderno CRH**, [s. l.], v. 34, p. e021018, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/4zN8sv5BhPHhKKjywhRr4vy/abstract/?lang=pt> Acesso em: 05/10/2025.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2004: Making Services Work for Poor People*. Washington, DC: The World Bank, 2004.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 05/10/2025.

BRASIL. *Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997*. Regulamenta a Educação Profissional e o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 05/10/2025.

BRASIL. *Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004*. Regulamenta a Educação Profissional Técnica de nível médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 05/10/2025.

FILION, Louis Jacques. *Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenas empresas*. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 6-20, abr./jun. 1999. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=fr&user=OwP6zY0AAAAJ&citation_for_view=OwP6zY0AAAAJ:fQNAKQ3IYiAC. Acesso em: 05/10/2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 31. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Paula de Macedo. *O empreendedorismo como conteúdo curricular da Educação Profissional e Tecnológica*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2023.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 22. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. *Referenciais para uma nova práxis educacional*. Brasília, DF: Sebrae, 2015. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/2025/08_Referenciais%20Educacionais%20do%20Sebrae.pdf. Acesso em: 05/10/2025.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria C. *Políticas educacionais e trabalho docente*. 6. ed. São Paulo: Xamã, 2011.

SILVA, Ana Maria Araujo da. *Passado, presente e expectativa de futuro da Educação Profissional: a experiência do PRONATEC/CTUR*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2024.

SILVA, ANA maria araujo da; SOUZA, José dos Santos. Notas Preliminares Acerca da Política Governamental de Ampliação e Diversificação dos Cursos Superiores de Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro.. In: Anais do XXXII Seminário Nacional Universitas/Br: **Educação Superior no Contexto de Capitalismo Destrutivo, Emergência Climática e Desigualdade Social**. Anais...Maringá(PR) Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xxxii-seminario-rede-universitasbr/1164130-NOTAS-PRELIMINARES-ACERCA-DA-POLITICA-GOVERNAMENTAL-DE-AMPLIACAO-E-DIVERSIFICACAO-DOS-CURSOS-SUPERIORES-DE-TECNO>. Acesso em: 26/09/2025.

SOUZA, José dos Santos. *Trabalho, educação e neoliberalismo: fundamentos para a crítica da pedagogia das competências*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SOUZA, José dos Santos. *Educação e trabalho no século XXI: crítica à pedagogia da empregabilidade*. São Paulo: Cortez, 2021.

UNESCO. *Relatório mundial sobre a educação: aprender a ser*. Paris: UNESCO, 1996. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em: 26/09/2025.